

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde São Paulo SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2020	31/12/2019		Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.205	1.922	Fornecedores	10	14.091	6.750
Ativo financeiro de concessão	6	36.920	33.513	Empréstimos e financiamentos	13	135.212	131.309
Contas a receber	7	12.900	7.482	Arrendamento mercantil	11.2	629	-
Impostos e contribuições a compensar	8	825	1.077	Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.407	1.189
Adiantamentos a fornecedores	9	12.829	11.623	Obrigações tributárias	14	1.115	863
Outras contas a receber	-	297	611	Partes relacionadas	15	40.124	-
		<u>78.977</u>	<u>56.228</u>	Dividendos	-	149	49
						<u>192.727</u>	<u>140.160</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	-	84
Impostos diferidos	16.1	8.515	5.782	Arrendamento mercantil	11.2	1.265	-
Ativo financeiro de concessão	6	176.051	178.027	Partes relacionadas	15	233	578
		<u>184.566</u>	<u>183.809</u>	Impostos diferidos	16.2	53.423	37.732
				Adiantamento de cliente	17	74.480	19.399
				Provisões	18	6.811	3.311
				Receita Diferida	19	1.711	1.827
						<u>137.923</u>	<u>62.931</u>
				Total do passivo		<u>330.650</u>	<u>203.091</u>
				Patrimônio líquido			
Ativo Imobilizado	-	16	16	Capital social	20.1	40.739	32.516
Ativo intangível	11.1	1.463	-	Reserva de lucros	-	51.121	36.348
Ativo financeiro em formação	12	157.487	31.902	Total do patrimônio líquido		<u>91.859</u>	<u>68.864</u>
		<u>343.532</u>	<u>215.727</u>				
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>422.509</u>	<u>271.955</u>
Total do ativo		<u>422.509</u>	<u>271.955</u>				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	-	166.839	63.994
Custos dos serviços prestados	22	(154.631)	(60.634)
Lucro bruto	21	12.208	3.360
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(8.245)	(7.327)
Outras despesas/receitas operacionais	-	739	-
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro		4.702	(3.967)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	31.348	24.062
Despesas financeiras	25	(12.978)	(12.751)
		18.369	11.311
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		23.072	7.344
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16.3	(8.200)	(2.408)
Lucro líquido do exercício		14.871	4.936

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	<u>14.871</u>	<u>4.936</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>14.871</u></u>	<u><u>4.936</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social			Reserva de Lucros		Lucros do período	Total do patrimônio líquido
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Em 31 de dezembro de 2018		52.000	(19.484)	32.516	1.773	33.340	-	67.629
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	4.936	4.936
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	247	-	(247)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	4.689	(4.689)	-
Dividendos	20.2	-	-	-	-	(3.701)	-	(3.701)
Em 31 de dezembro de 2019		<u>52.000</u>	<u>(19.484)</u>	<u>32.516</u>	<u>2.020</u>	<u>34.328</u>	<u>-</u>	<u>68.864</u>
Integralização de capital social	20.1	-	8.223	8.223	-	-	-	8.223
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.871	14.871
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	744	-	(744)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	14.129	(14.129)	-
Dividendos	20.2	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Em 31 de dezembro de 2020		<u>52.000</u>	<u>(11.261)</u>	<u>40.739</u>	<u>2.763</u>	<u>48.357</u>	<u>-</u>	<u>91.859</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.072	7.344
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(14.045)	(2.710)
Depreciações e amortizações	293	2
Encargos sobre empréstimos	4.294	12.063
Variações monetárias	(27.348)	(24.566)
Reequilíbrio financeiro	(7.152)	
Provisões	3.500	3.311
Apropriação Receita diferida	(116)	(116)
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins)	4.755	917
	<u>(12.747)</u>	<u>(3.754)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	29.509	28.437
Contas a receber de clientes	(301)	(292)
Impostos e contribuições a compensar	276	891
Adiantamentos a fornecedores	(1.206)	(8.471)
Outras contas a receber	313	9
Fornecedores	7.341	(1.563)
Obrigações e encargos trabalhistas	220	192
Obrigações tributárias	253	(33)
Adiantamento de cliente	55.080	8.379
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>78.738</u>	<u>23.795</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições do ativo financeiro em formação	(113.121)	(20.195)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(113.121)</u>	<u>(20.195)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Captação/pagamento de empréstimo e financiamento	(336)	(2.804)
Captação de Mútuo com partes relacionadas	40.124	-
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>39.788</u>	<u>(2.804)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Capital social	8.223	-
Contas-correntes com partes relacionadas	(345)	345
Dividendos	-	(4.000)
Caixa proveniente/utilizado nas atividades de financiamentos com acionistas	<u>7.878</u>	<u>(3.654)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>13.283</u>	<u>(2.859)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.922	4.780
No fim do exercício	15.205	1.922
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>13.283</u>	<u>(2.858)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde São Paulo SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17/10/2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do Termo de Transferência Inicial pelas Partes (01 de setembro de 2015 Hospital Estadual de São José dos Campos e, 17 de julho de 2019 Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher). O Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher encontra-se em fase de construção com previsão de conclusão em junho de 2022.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 29 de março de 2021.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão;

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021);
- c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Companhia não adotou o expediente prático, não havendo impacto nas demonstrações financeiras.

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022;
- b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022;
- c) Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- d) Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- e) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- f) Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB's com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

3.4. Ativo financeiro

Em meados do segundo semestre de 2015 iniciou se a construção de novos complexos hospitalares, os gastos incorridos da fase de construção dos hospitais, abrangem:

- Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do complexo hospitalar;
- Construção e implantação do complexo hospitalar;
- Fornecimento, instalação, comissionamento, dos equipamentos médicos hospitalares, e dos mobiliários necessários ao complexo hospitalar.

As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

Em março de 2018 através do termo de arrolamento, a Companhia transferiu à Secretária do Estado de Saúde o complexo hospitalar de São José dos Campos, sendo assim os saldos das contas de "Ativo financeiro em formação" deduzindo do saldo da conta de "Adiantamento de clientes" foram reclassificados para a conta de "Ativo financeiro de concessão".

Os saldos remanescentes desta conta, referem-se à construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher.

3.5. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" que estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de Verificador independente.

3.6. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldos negativos de IRPJ e CSLL.

3.7. Adiantamentos

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis estão demonstrados na nota 17.1 e os que são avaliados por nossa assessoria jurídica como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.10. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso ou ativo financeiro em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.13. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.14. Apurações do resultado

A receita de construção é reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.15. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	55	42
Títulos e valores mobiliários		
Banco Bradesco - CDB's	15.149	1.879
Banco Itaú - Aplic. Automática	1	1
	<u>15.205</u>	<u>1.922</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDBs dos respectivos bancos com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido pelo Contrato de Concessão Administrativa de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2019	Movimentações	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	351.411	3.617	355.028
Atualização do ativo financeiro	62.195	27.324	89.519
Recebimentos de aportes	(155.056)	-	(155.056)
Recebimentos Contraprestação fixa	(47.010)	(29.509)	(76.519)
	<u>211.540</u>	<u>1.432</u>	<u>212.972</u>

O Ativo financeiro é remunerado pela TIR a uma taxa de 1,00% a.m. e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na linha de receitas financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

7. Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber		
Parcela variável	7.795	7.488
Remuneração sobre atraso	5.117	-
Receita acessória	18	26
Direito de exploração	(30)	(32)
	<u>12.900</u>	<u>7.482</u>
Circulante	<u>12.900</u>	<u>7.482</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

A linha "Remuneração sobre Atraso" refere-se à saldo a receber de atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente a Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

8. Impostos a compensar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo negativo de IRPJ	309	778
Impostos pago a maior	516	299
	<u>825</u>	<u>1.077</u>

9. Adiantamento a fornecedor

Os adiantamentos são efetuados ao fornecedor a título de pagamentos antecipados pela contratação de serviços e materiais a serem aplicados na obra ou prestação de serviços ao cliente. Os adiantamentos serão liquidados mediante a efetiva prestação dos serviços e entrega dos referidos materiais como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	10.560	11.061
SPDM - Hospital Reg. De Sorocaba Bata Cinza	674	328
R V M Serviços e comércio	-	95
Thyssenkrupp Elevadores SA	528	-
Swisslog Healthcare Italy S.P.A. SU	472	-
Comissaria de despachos Montreal Ltda	305	-
Demais fornecedores	290	139
	<u>12.829</u>	<u>11.623</u>

10. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Spdm - Hosp. Reg. De Sorocaba Bata Cinza	7.253	3.992
Maquigeral Energia Ind. Com. de Máquinas em G	1.190	-
Philips Medical Systems Ltda	706	116
Sodexo Facilites Services Ltda	504	252
Swisslog Italiza SPA	-	434
Interfort Segurança de Valores Ltda	457	-
Potenza Com. e Ind. Ltda.	278	-
Gr Servicos De Alimentacao S.A	270	277
Votorantim Cimentos S.A	234	515
Servite Empreendimentos e Serviços Ltda.	234	-
Aqualav Serviços de Higienização Ltda.	251	128
Risor Impex Imp. Exp. Mat. Const. Ltda.	199	-
Açotubo Ind. E Com. Ltda.	184	-
Demais Fornecedores	2.331	1.036
	<u>14.091</u>	<u>6.750</u>

A Companhia possui contrato firmando com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de São José dos Campos denominados como "bata cinza". Com o início das operações em 2018, a Companhia assumiu diretamente alguns serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente a operação do fornecedor. A Companhia vem renegociando as cláusulas contratuais de remuneração junto ao fornecedor, com expectativa de conclusão das negociações no primeiro semestre de 2021.

11. Ativo intangível e arrendamento mercantil

11.1. Direito de uso

Em 01 de janeiro de 2020, com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil a Companhia reconheceu o contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "Arrendamento mercantil". Cada pagamento efetuado é baixado do Passivo Circulante e o custo financeiro alocado no resultado em Despesas Financeiras. A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

	Vida útil em anos	Adições	Amortização acumulada	31/12/2020
Locação de Imóvel	6	1.756	(293)	1.463
		<u>1.756</u>	<u>(293)</u>	<u>1.463</u>

11.2. Arrendamento mercantil

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	629	-
Não Circulante	1.265	-
	<u>1.894</u>	<u>-</u>

Segue abaixo a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>
Novos contratos	2.243
Pagamentos - principal	-
Pagamentos - juros	-
Apropriação de encargos financeiros	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.894</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

12. Ativo financeiro em formação

	31/12/2019	Adições	Transferências	31/12/2020
Custo incorrido				
Construção em andamento	22.550	91.818	-	114.368
Margem na construção	3.516	14.045	(206)	17.355
Serviços de construção	4.597	7.032	-	11.629
Materiais de construção	1.239	13.311	(415)	14.135
Equipamentos hospitalares	-	961	(961)	-
	<u>31.902</u>	<u>127.167</u>	<u>(1.582)</u>	<u>157.487</u>

O saldo da conta Ativo Financeiro em Formação refere-se à construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher.

Com base nos fluxos de caixas projetados, a Companhia aplica o percentual de 11,02% como margem na construção do Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher.

Os valores de aquisições e margem da construção relativos ao Hospital Estadual de São José dos Campos no montante de R\$ 1.582, foram transferidos para a conta de "Ativo financeiro de concessão" demonstrados na nota 6.

13. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES	IPCA +3,17% + 5,40% a.a. (subcrédito A) Selic + 5,40% a.a. (subcrédito B) e Selic 5,30% a.a. (capital de giro)	105.380	101.162
Banco Bradesco S.A Capital de Giro	CDI + 2,20% a.a.	29.748	29.812
		<u>135.128</u>	<u>130.974</u>
Arrendamento Mercantil			
Daycoval leasing - Banco Multiplo	Leasing financeiro 2,58% a.a.	87	436
(-) Ajuste a valor presente		(3)	(17)
		<u>84</u>	<u>419</u>
Circulante		<u>135.212</u>	<u>131.309</u>
Não circulante		<u>-</u>	<u>84</u>

Conforme cláusula previstas nos contratos de financiamentos firmados junto ao banco BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a interveniente fiadora, Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A deve manter durante a duração do contrato o índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), apurados anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

14. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
COFINS a recolher	491	417
ISS a recolher	238	123
INSS retido na fonte	97	106
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	127	95
Pis a recolher	104	88
ISS na fonte	23	24
IR retido na fonte	9	9
ICMS a Pagar	26	1
	<u>1.115</u>	<u>863</u>

15. Partes relacionadas

Os saldos das contas correntes passivas representam operações com partes relacionadas.

	Encargos	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas-correntes passivas			
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	-	369	578
Julio Capobianco	Selic +4,90 a.a.	25.102	-
Inova Saúde Sorocaba SPE S/A	CDI + 0,35 a.m.	14.885	-
		<u>40.356</u>	<u>578</u>

Adicionalmente a Companhia possui operações com sua Controladora no montante de R\$ 10.560 (R\$ 11.061 - 2019) reconhecido como Adiantamento a fornecedor demonstrado na nota 9 e, contrato de subarrendamento reconhecido no Ativo Intangível em contrapartida a arrendamento mercantil conforme nota 11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

16. Impostos diferidos registrados no ativo, passivo e demonstração do resultado

16.1. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	12.348	12.348
Prejuízo fiscal do exercício	991	-
Bases temporárias	11.705	4.659
Base ajustada	25.043	17.007
Imposto de renda diferido	6.261	4.251
Contribuição social diferido	2.255	1.531
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	8.515	5.782

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira, amortizações de direito de uso e provisões para a possível saída de recursos decorrentes da negociação com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.

16.2. Impostos registrados no passivo

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 53.423 (R\$ 37.732 em 2019), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros sobre reequilíbrios financeiros.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

INOVA SAÚDE SÃO PAULO SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	11.278	8.586
Varição monetária do ativo financeiro	14.171	10.509
Outras	1.684	-
	<u>27.134</u>	<u>19.095</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	4.060	3.091
Varição monetária do ativo financeiro	5.102	3.783
Outras	606	-
	<u>9.769</u>	<u>6.874</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	2.399	1.747
Varição monetária do ativo financeiro	368	273
Outras	64	-
	<u>2.831</u>	<u>2.020</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	11.072	8.061
Varição monetária do ativo financeiro	2.267	1.681
Outras	351	-
	<u>13.690</u>	<u>9.743</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>53.423</u></u>	<u><u>37.732</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

16.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2020			31/12/2019		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	23.072	23.072	23.072	7.344	7.344	7.344
Adições	24.044	24.044	24.044	16.492	16.492	16.492
Realização da margem da construção	3.274	3.274	3.274	2.173	2.173	2.173
Realização da variação monetária	12.678	12.678	12.678	9.535	9.535	9.535
Bases temporárias	7.046	7.046	7.046	4.658	4.658	4.658
Outras adições	1.046	1.046	1.046	126	126	126
Exclusões	(48.106)	(48.106)	(48.106)	(27.545)	(27.545)	(27.545)
Margem da Construção	(14.045)	(14.045)	(14.045)	(2.710)	(2.710)	(2.710)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(27.324)	(27.324)	(27.324)	(24.448)	(24.448)	(24.448)
Reequilíbrio financeiro	(6.738)	(6.738)	(6.738)	-	-	-
Outras exclusões	-	-	-	(387)	(387)	(387)
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	(991)	(991)	(991)	(3.709)	(3.709)	(3.709)
	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2020			31/12/2019		
Ativo financeiro de concessão	(2.693)	(968)	(3.661)	(134)	(48)	(182)
Variação monetária de ativo financeiro	(3.662)	(1.317)	(4.979)	(3.728)	(1.342)	(5.070)
Bases temporárias	1.760	634	2.394	1.165	419	1.584
Reequilíbrio financeiro	(1.683)	(605)	(2.289)	-	-	-
Provisão prejuízo fiscal	248	88	335	927	333	1260
Impostos diferidos registrados no resultado	(6.031)	(2.169)	(8.200)	(1.770)	(638)	(2.408)

17. Adiantamento de cliente

	31/12/2020	31/12/2019
Governo do Estado de São Paulo	74.480	19.399
	<u>74.480</u>	<u>19.399</u>

Os saldos nas contas de adiantamento de clientes representam os recebimentos de aportes da Secretaria do Estado de Saúde para construção do Hospital Centro de Referência e Saúde da Mulher.

18. Provisões

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o seu parceiro privado realize todas as substituições, atualizações, e manutenções de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação à taxa projetada de 3.5% ao ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para reinvestimento	6.811	3.311
	<u>6.811</u>	<u>3.311</u>

18.1. Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos de origem trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações no montante de R\$ 1.490, sendo R\$ 442 de origem trabalhista e R\$ 1.048 de origem tributária. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, as contingências que na opinião de nossos assessores jurídicos são consideradas com probabilidades de perdas possíveis, não devem ser registradas nas demonstrações contábeis.

19. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias nos Hospitais, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de São José dos Campos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Diferida		
Direito de Exploração	1.711	1.827
	<u>1.711</u>	<u>1.827</u>

Essa contratação contemplou o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 2.700 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período do contrato.

20. Patrimônio Líquido

20.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 52.000, representado por 52.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado no valor de R\$ 40.739.

20.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim; os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 148, correspondente a 1% do lucro líquido.

21. Lucro bruto

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de construção da concessão	127.166	22.904
Receita da concessão	46.447	44.695
Receitas acessórias	419	528
Receita de reequilíbrio financeiro	1.783	-
(-) Deduções sobre receitas acessórias	(105)	(132)
Tributos sobre construção da concessão	(5.449)	(855)
Tributos sobre concessão	(3.218)	(3.097)
Tributos sobre receitas acessórias	(39)	(49)
Tributos sobre receita de reequilíbrio	(165)	-
Receita operacional líquida (b)	<u>166.839</u>	<u>63.994</u>
(-) Custo de construção da concessão	(113.120)	(20.195)
(-) Custo com a operação	(41.511)	(40.439)
Lucro bruto (a)	<u><u>12.208</u></u>	<u><u>3.360</u></u>
Margem % ((a) / (b))	<u><u>7,32%</u></u>	<u><u>5,25%</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

22. Custos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços contratados	(26.800)	(27.270)
Custo com pessoal	(4.437)	(4.146)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.181)	(3.181)
Manutenção Predial	(1.878)	(1.913)
Materiais e equipamentos hospitalares	(2.873)	(1.986)
Serviços de TI	(1.777)	(1.693)
Reposição ativo financeiro	(127)	(24)
Outros custos	(438)	(226)
	<u>(41.511)</u>	<u>(40.439)</u>
Custo da construção do ativo financeiro	<u>(113.121)</u>	<u>(20.195)</u>
	<u><u>(154.631)</u></u>	<u><u>(60.634)</u></u>

23. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com pessoal	(6.314)	(6.135)
Serviços de terceiros	(1.231)	(845)
Impostos e taxas	(156)	(128)
Outras despesas/receitas administrativas	(544)	(219)
	<u>(8.245)</u>	<u>(7.327)</u>

24. Receitas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Variações monetárias ativas	27.324	24.448
Juros sobre atraso no recebimento	4.688	-
Variações monetárias sobre reequilíbrio	682	-
Juros sobre aplicações financeiras	143	622
Outras receitas financeiras	40	165
Impostos sobre receitas financeiras	(1.529)	(1.173)
	<u>31.348</u>	<u>24.062</u>

As variações monetárias ativas referem-se em sua maioria, a atualização do Ativo Financeiro de concessão com base na taxa interna de retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

25. Despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros s/ empréstimos	(7.420)	(7.162)
Variações monetárias passivas	(3.326)	(4.887)
Outras Despesas financeiras	(1.054)	(487)
Juros s/ mútuo	(628)	-
Despesas financeiras s/ provisão	(319)	(130)
Juros s/ arrendamento	(139)	-
Iof sobre operações financeiras	(38)	(6)
Juros s/ leasing	(14)	(14)
Juros de mora	(40)	(41)
Multa e juros sobre tributos	-	(24)
	<u>(12.978)</u>	<u>(12.751)</u>

26. Informações complementares de EBITDA

A OCPC 05 permite que a remuneração do ativo financeiro seja apresentada da demonstração do resultado conforme o modelo de negócio da Companhia e de acordo com seu modelo de gestão. A Administração da Companhia optou em demonstrar a variação monetária sobre o ativo financeiro na linha de receitas financeiras, desta forma apresenta abaixo o EBITDA ajustado, considerando a variação monetária de ativo financeiro de concessão:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	4.702	(3.967)
(+) depreciações/amortizações	2	2
Ebitda	<u>4.704</u>	<u>(3.965)</u>
(+) Variação monetária de ativo financeiro	27.324	24.448
Ebitda ajustado	<u>32.029</u>	<u>20.483</u>

27. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

Projeto	Riscos cobertos	Montante da Cobertura
Hospital Estadual de São Jose dos Campos e	Garantia setor público	34.765
Hospital Estadual de São Jose dos Campos e Hospital Centro de referência de Saúde da Mulher	Responsabilidade Civil	10.000
Hospital Estadual de São Jose dos Campos e Hospital Centro de referência de Saúde da Mulher	Riscos Nomeados	319.450

28. Efeitos COVID

Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

29. Eventos subsequentes

Em 09 de março de 2021, a Companhia recebeu da Inova Saúde Sorocaba SPE a título de mútuo, o montante de R\$ 6.000 atualizados com encargos pré-fixados pela variação integral do CDI, acrescidos de juros na razão de 0,35% ao mês e IOF.